

ANA CLÁUDIA DE SOUZA VALENTE

O SILÊNCIO ALÉM DAS GRADES

A INTERSETORIALIDADE PUNITIVA NAS
PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS

Área específica da obra

Direito Penal

áreas afins do livro

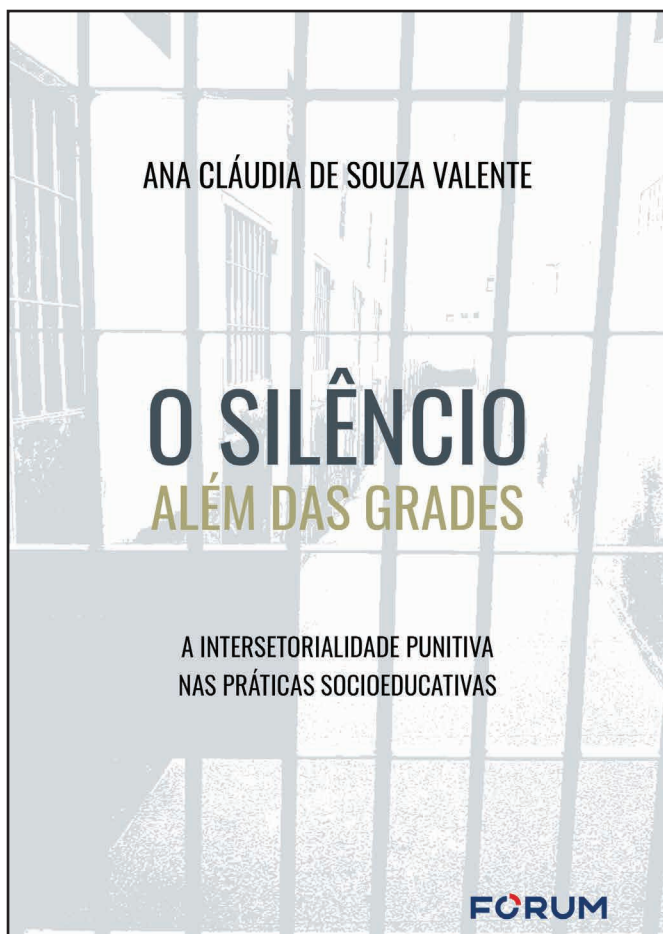
Direito da Criança e do Adolescente; Políticas
Públicas; Administração

Público-alvo/consumidores da obra

Pesquisadores, Professores, estudantes,
servidores do sistema socioeducativo

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001842



A pesquisa, fruto de dissertação de mestrado defendida no UniCeub, busca identificar quais seriam as bases de um modelo de atendimento para adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Distrito Federal, uma vez que a construção jurídica da responsabilidade penal para adolescentes não se mostra suficiente para orientar a práxis. O objeto estudado foi a governança intersectorial do campo de administração da justiça penal juvenil, compreendendo a segurança pública, o sistema de justiça e os órgãos de execuções de medidas socioeducativas, pois, ao reproduzirem as mazelas do sistema penal adulto, promovem isomorfismo que dificulta a proteção dos adolescentes autores de atos infracionais. O percurso metodológico baseou-se em técnicas de pesquisa como questionários e entrevistas semiestruturadas, observação participativa e análise documental, assim como pesquisa bibliográfica.

V154s Valente, Ana Cláudia de Souza

O silêncio além das grades: a intersetorialidade punitiva nas práticas socioeducativas / Ana Cláudia de Souza Valente.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

333 p. E-book.
ISBN: 978-65-5518-079-4

1. Direito Penal. 2. Direito da Criança e do Adolescente.
3. Políticas Públicas. I. Título.

CDD 341.5
CDU 343.2

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

VALENTE, Ana Cláudia de Souza. *O silêncio além das grades: a intersetorialidade punitiva nas práticas socioeducativas*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. E-book. ISBN 978-65-5518-079-4

Ana Cláudia de Souza Valente

Graduada em Direito – UniCeub (2004) e em Administração – UnB (2003). Especialista em Direito Público na área de “Prática Processual nos Tribunais” pelo UniCeub. Mestra em Direito pelo UniCeub, com pesquisas na área de políticas públicas, Estado e desenvolvimento, voltadas para o controle penal, especialmente no âmbito da infância e adolescência e outras no âmbito da administração pública e sistema de justiça. Pesquisadora do grupo de pesquisa de Políticas Públicas do UniCeub e integrante do Grupo de Estudos Observatório de Políticas Públicas, da Universidade de Brasília (GEOPP/UnB). Aluna especial do doutorado do programa de pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília. Analista Processual do MPDFT lotada na Vice-Procuradoria-Geral de Justiça no cargo de Chefe de Gabinete.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza	23
--	----

APRESENTAÇÃO

Antonio Henrique Graciano Suxberger	27
--	----

INTRODUÇÃO	31
-------------------------	----

CAPÍTULO 1

A DOXA PUNITIVA DO DIREITO PENAL JUVENIL E OS *HABITUS* DE GOVERNANÇA NO CAMPO DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA JUVENIL

1.1	Justificativas bourdieusianas para o campo socioeducativo.....	40
1.1.1	As lutas simbólicas do campo de administração da justiça juvenil.....	40
1.1.2	A doxa que orienta o <i>habitus</i> punitivo na responsabilização penal juvenil.....	43
1.1.3	Os <i>habitus</i> herdados e reproduzidos no campo socioeducativo.....	45
1.2	O campo normativo punitivo da responsabilização penal juvenil.....	48
1.2.1	Os modelos de responsabilização penal juvenil e a prevalência da doxa punitiva.....	49
1.2.2	A história do <i>status</i> punitivo na responsabilização penal juvenil brasileira.....	55
1.2.3	O escopo punitivo da medida socioeducativa de internação.....	64
1.3	A modelagem de governança da administração da justiça juvenil brasileira.....	71
1.3.1	A modelagem de governança punitiva no campo socioeducativo.....	71
1.3.2	A intersetorialidade como categoria estruturante na superação da doxa punitiva.....	78

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DA GOVERNANÇA DO CAMPO DE RESPONSABILIZAÇÃO PENAL JUVENIL DO DF

2.1	A construção das políticas de atendimento socioeducativo de internação no DF.....	86
2.1.1	A medida socioeducativa de internação no DF.....	86
2.1.2	Elementos da intersetorialidade no campo penal juvenil distrital.....	91
2.2	Do modelo idealizado à realidade das políticas de responsabilização penal juvenil no DF.....	94
2.2.1	Extinção do Centro de Atendimento Juvenil Especializado – CAJE: expectativa de transformação do campo de responsabilização penal juvenil do DF.....	95
2.2.2	Novas unidades de internação socioeducativas do DF: a realidade da responsabilização penal juvenil na capital federal.....	98
2.3	A (des)governança no campo socioeducativo do DF: uma proposta de análise.....	108
2.3.1	Boas práticas de políticas públicas socioeducativas no DF.....	109
2.3.2	Desafios no campo socioeducativo.....	114
2.3.3	Política de encarceramento.....	123

CAPÍTULO 3

ASPECTOS METODOLÓGICOS E GENERALIDADES DA PESQUISA.....

3.1	Enquadramento teórico-metodológico: aplicação do método praxiológico na construção do conhecimento.....	128
3.1.1	Análise da composição do campo socioeducativo.....	129
3.1.2	Estruturas objetivadas do campo socioeducativo.....	135
3.1.3	Estruturas incorporadas dialeticamente na dimensão dos <i>habitus</i>	143
3.2	Instrumentos utilizados para a pesquisa.....	145
3.2.1	Entrevistas semiestruturadas.....	145
3.2.2	Questionários.....	147
3.2.3	Observação participante.....	149
3.3	Análise dos achados empíricos.....	149
3.3.1	Delimitação dos elementos pesquisados.....	150
3.3.2	Tabulação dos dados produzidos.....	151
3.3.3	As manifestações da realidade socioeducativa.....	156

CAPÍTULO 4

O DESARRANJO INTERSETORIAL NA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO

NO DF	159
4.1 Segurança pública especializada.....	160
4.1.1 Estrutura física e de pessoal equivalente à unidade policial comum.....	160
4.1.2 Aumento e especialização dos mecanismos de controle de condutas	166
4.1.3 Direitos e garantias pouco articulados.....	169
4.2 Campo de justiça juvenil	176
4.2.1 A atuação limitada da Defensoria Pública	176
4.2.2 Ministério Público: da articulação de políticas públicas à indiferença	190
4.2.3 Judiciário e as práticas ocultas	210
4.3 Órgãos de execuções de medidas socioeducativas.....	224
4.3.1 O conflito dos atores do campo socioeducativo	224
4.3.2 A insolvabilidade da governança intersectorial	229

CONCLUSÃO.....	253
----------------	-----

REFERÊNCIAS.....	261
------------------	-----

ANEXOS

ANEXO A - Autorização para pesquisa da SUBSIS	285
ANEXO B - Autorização para pesquisa da VEMSE	288
ANEXO C - 2ª Autorização para pesquisa da VEMSE	290
ANEXO D - Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética	291
ANEXO E - Termo de compromisso e sigilo da SUBSIS	295

APÊNDICES

APÊNDICE A - Modelo de Requerimento para acesso a dados e entrevistas	299
APÊNDICE B - Questionário aplicado ao Grupo 2.....	301
APÊNDICE C - Registros fotográficos de boas práticas de governança socioeducativa encontradas nas unidades de internação do DF	307
APÊNDICE D - Registros fotográficos de desafios de governança socioeducativa encontrados nas unidades de internação do DF	312
APÊNDICE E - Roteiro de entrevistas ao Grupo 1	325
APÊNDICE F - Termo de Consentimento Livre Esclarecido	330